

LETRAMENTO HISTÓRICO E DESAFIOS NA APRENDIZAGEM: O ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL NO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Raphaela Hildita de Sá Guedes Deodato¹
Luciano José Vianna²

Resumo: Este artigo, oriundo de uma tese de doutorado em educação profissional atualmente em andamento, tem como objetivo propor algumas reflexões iniciais sobre o tema proposto, envolvendo questões que orbitam este cenário, ou seja, os indicadores das escolas públicas municipais de Salgueiro/PE, o papel do letramento histórico na aprendizagem, o sexto ano do Ensino Fundamental e o ensino da História Medieval. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com base em discussão bibliográfica, embasada nos estudos desenvolvidos por Rocha (2020) sobre letramento histórico, Vianna (2017) e Pereira (2022) para contextualizar o conceito de Medievo, Mattos e Castro (2011), Freitas e Prodanov (2013) e Marconi e Lakatos (2017), sobre a metodologia da pesquisa e Soares (2020) com os processos de alfabetização e letramento. No campo dos documentos institucionais, abordaremos, como marco legal a BNCC (2017). Destaca-se que o produto didático-pedagógico desta pesquisa seja a publicação de uma sequência didática com atividades adaptáveis às diversas realidades discentes para auxiliar no letramento histórico dos estudantes com a temática diversidade social no período medieval. Como considerações finais, trata-se de apresentar a pesquisa em andamento e destacar a importância da mesma no contexto educacional para um melhor aprendizado de História, assim como para refletir acerca da inovação em termos de ensino de História Medieval a partir da proposta de exercícios adaptáveis para o contexto do sexto ano do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: educação; letramento histórico; ensino de história medieval; dificuldades de aprendizagem.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da UPE/campus Petrolina. Professora da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC) e da Rede Municipal de Ensino de Salgueiro/PE.

2 Professor Associado / Livre Docente - Universidade de Pernambuco (UPE)/campus Petrolina. Doutor em *Cultures en contacte a la Mediterrània* pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Professor do Colegiado de História - UPE/campus Petrolina. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) - UPE/campus Petrolina. Coordenador do Spatio Serti - Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística.

HISTORICAL LITERACY AND CHALLENGES IN LEARNING: THE TEACHING MEDIEVAL HISTORY IN THE SIXTH YEAR OF ELEMENTARY SCHOOL

Abstract: This article, originating from a doctoral thesis in professional education currently in progress, aims to present some initial reflections on the proposed theme, involving the questions that orbit this scenario, that is, the indicators of the municipal public schools of Salgueiro/PE, the role of historical literacy in learning, the sixth year of Elementary School and the teaching Medieval History. This is a qualitative research based on bibliographic discussion, supported by studies developed by Rocha (2020) on historical literacy, Vianna (2017) and Pereira (2022) to contextualize the concept of Medieval History, Mattos and Castro (2011), Freitas and Prodanov (2013), and Marconi and Lakatos (2017), on the research methodology, and Soares (2020) with the literacy processes. In the field of institutional documents, we will address, as legal frameworks BNCC (2017). The didactic-pedagogical product of this research is the publication of a didactic sequence with activities adaptable to the different student realities to assist in the historical literacy of students with the theme of social diversity in the medieval period. As a conclusion, the aim is to present the ongoing research and highlight its importance in the educational context for better learning of History, as well as to reflect on innovation in terms of teaching Medieval History based on the proposal of adaptable exercises for the context of the sixth year of Elementary School.

Keywords: education; historical literacy; teaching medieval history; learning difficulties.

INTRODUÇÃO

É desafiador ser professor/a da educação básica, pois nossos estudantes são oriundos de realidades sociais e culturais diversas. Além disso, em termos de ensino-aprendizagem, tornou-se comum que alguns destes alunos iniciem os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem e sem estarem plenamente alfabetizados.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), avalia os indicadores da qualidade do ensino no Brasil através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O relatório dos resultados divulgados no ano de 2023 alerta que as lacunas de aprendizagem e a irregularidade na trajetória escolar têm aumentado nos Anos Finais do Ensino Fundamental, oscilando negativamente, em comparação ao último resultado do IDEB, partindo da nota 5.1 em 2021 para 5.0 em 2023. Além disso, devemos considerar que a meta que o MEC tinha estabelecido para os Anos Finais do Ensino Fundamental era de 5.5.

Vale salientar que a transição do quinto ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) para o sexto ano do Ensino Fundamental (Anos Finais) está repleta de novos significados na vida dos estudantes. Além das mudanças hormonais, características das mudanças da infância para a adolescência, eles se colocam em contato com uma rotina educacional diferente, pois a partir do sexto ano aumentam o número de disciplinas subdivididas no regime de hora aula ministradas por vários professores/ as com metodologias de ensino diferentes. Com isso, passam a ter várias referências

docentes, de forma que o conteúdo a ser trabalhado e as metodologias a serem utilizadas são diversas e distintas. Trata-se, portanto, de um momento de transição em vários aspectos.

Neste sentido, este artigo, oriundo de uma tese de doutorado em educação profissional atualmente em andamento, parte da reflexão sobre qual tem sido o papel do professor/a de História nas turmas de sexto ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental quando se depara com esse cenário de falta de plena alfabetização e apresenta uma proposta de trabalho a partir do letramento histórico para a resolução destes problemas no chão da sala. Nossa objetivo neste artigo é pensar em uma discussão teórica sobre o tema, a partir definição de pesquisa bibliográfica apresentada por Freitas e Prodanov, ou seja, de que a pesquisa bibliográfica ocorre a partir de uma análise de:

material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

A importância da pesquisa bibliográfica é que a sua realização é necessária para situar-se em termos historiográficos sobre o tema em discussão, conhecendo as principais leituras e reflexões sobre o assunto e, com isso, obter a chamada segurança historiográfica em relação ao tema estudado.

O fato de alguns estudantes apresentarem dificuldades de aprendizagem e/ou não estarem plenamente alfabetizados acaba reforçando as desigualdades, principalmente quando os discentes chegam na modalidade de ensino que requer leituras, interpretações de vários gêneros textuais, análise de fontes e sínteses de fatos históricos. De acordo com Helenice Rocha:

Aprender história não só requisita o conhecimento prévio da leitura e da escrita, mas requisita o domínio da leitura, da escrita e da narrativa histórica, como forma de organizar o discurso sobre o tempo. Seu ensino pressupõe a existência de uma comunidade de escrita na qual o aluno deverá se inserir, com a colaboração do professor. Ou seja, para que o aluno compreenda a escrita da história, ele também precisa aprender a ler e escrever história, não como historiador, mas inserindo-se na lógica da racionalidade da escrita histórica escolar (Rocha, 2010, p. 09).

Desse modo, a partir do fragmento destacado acima, como um aluno poderá aprender História se ele não domina as habilidades de leitura e escrita em sala de aula? Como o/a professor/a poderá trabalhar em sala a partir desta realidade? Como o letramento histórico poderia ajudar a amenizar tais problemas e dificuldades no cenário escolar?

Atualmente, vários fatores contribuem para o cenário de dificuldades de aprendizagem e analfabetismo nos anos finais do ensino fundamental. Dentre eles podemos destacar os efeitos tardios do confinamento social provocado pela pandemia da Covid-19 em 2020, onde o ensino teve que ser reformulado para o formato remoto³ e muitos estudantes não participaram das aulas, o que provocou uma lacuna de aprendizagem nos anos de 2020 a 2021 (Dias; Ramos, 2022, p. 859-870; Nicolini; Medeiros, 2021, p. 281-298).

Outro fator ocorre devido a execução da resolução nº 07/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que proíbe a reprovação nos dois primeiros anos do ensino fundamental, o que acaba provocando um elevado número de progressões de estudantes com dificuldades de leitura e escrita.

Além disso, outro aspecto são as questões que envolvem a distorção idade-série⁴, que segundo o Censo da Educação Básica de 2023 observamos uma elevação desses índices nas turmas do sexto ano do ensino fundamental.

Concomitante às dificuldades na vida dos estudantes, ocorreram mudanças no currículo das disciplinas de ciências humanas⁵ que impactam diretamente na formação de professores/as dessas áreas que viram seu campo de atuação reduzir e tiveram que absorver disciplinas “afins” à sua formação para manterem a carga horária dentro das escolas e não terem perdas salariais. O/a professor/a se vê sobrecarregado/a porque, com a redução de carga horária aumenta o número de disciplinas com aulas para planejar, o preenchimento de diários, a correção de provas, a cobrança que o currículo seja seguido em sua proposta e que materiais como o livro didático sejam trabalhados em sua totalidade. Dentro desse cenário, o nosso desafio se concentra em motivar esse/a professor/a a ser pesquisador/a, criativo/a, empático/a e sensível a novos olhares sobre a educação.

Outro aspecto que dificulta ainda mais o trabalho do professor de História são as conjunturas que estruturam a distribuição de atividades escolares ao longo do ano letivo, que tendem a promover no segundo semestre a culminância de projetos educativos que, infelizmente, devido à pouca carga horária das aulas de História, acabam reduzindo o tempo pedagógico do professor para que se dedique

3 Essas mudanças seguiram as Recomendações do Conselho Nacional de Educação – CNE e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Foi adotado um continuum curricular, normatizado pela resolução de nº 2/2020 do CNE, para os anos 2020-2021.

4 Segundo a Plataforma Q'Edu5 (2024), a distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade.

5 As mudanças curriculares estão em conformidade com a Instrução Normativa Nº 005/2024 fixa normas para a reorganização das Matrizes Curriculares dos Anos Finais do Ensino Fundamental, no âmbito das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, a partir do ano letivo de 2024.

aos projetos educacionais, trabalhe/revise os conteúdos didáticos e se “prepare” o estudante para a terminalidade do ano letivo.

Para além desta realidade, todas estas questões docentes, somadas aos aspectos específicos dos problemas de alfabetização já comentados anteriormente, fazem com que os docentes não tenham tempo suficiente para trabalhar os problemas discentes em sala de aula, principalmente considerando a quantidade de turmas. Neste sentido, algumas reflexões motivam o repensar da prática pedagógica, e, ao pensar sobre a problemática da nossa pesquisa de doutorado destacada acima levantamos a seguinte hipótese: é possível que o letramento histórico possa auxiliar no processo de superação das dificuldades de aprendizagem dos/as estudantes do sexto ano utilizando o Medievo?

Os indicadores das escolas públicas municipais de Salgueiro (Pernambuco)

A educação brasileira passou por transformações consideráveis nas últimas duas décadas, principalmente devido ao aumento dos investimentos por parte dos governos federal, estadual e municipal. Houve avanços, como a queda do analfabetismo, o crescimento do número de matrículas, principalmente na rede pública de ensino, aumento na oferta de vagas de cursos de graduação e pós-graduação, reformulação dos currículos nacionais e estaduais, entre tantas outras ações que impactaram os avanços educacionais em nosso país e que inclusive estavam nas metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

No entanto, apesar dos progressos, a educação brasileira ainda enfrenta dificuldades no que tange à elevação de sua qualidade, no enfrentamento à evasão escolar, na ampliação das ofertas de vagas que ainda são insuficientes para atender as demandas, exigindo políticas públicas mais eficazes.

Atualmente, esses indicadores são observados através dos resultados relativos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e ao IDEB, criado em 2007, reúne os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, disponibilizados à consulta pública pelo MEC e pela Fundação Lemann, na Plataforma Q'Edu⁵⁶.

Além disso, os dados do SAEB são fundamentais para compreender a realidade da educação brasileira. De acordo com o INEP, essas informações são ferramentas que possibilitam diagnosticar a qualidade do ensino e identificar os fatores que podem influenciar o aprendizado dos/as estudantes.

6 <https://qedu.org.br/>

A prova SAEB, anteriormente chamada de Prova Brasil, é um dos componentes do SAEB que avalia a proficiência⁷ em Língua Portuguesa e Matemática, é aplicada a todos os alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, do 3º ano do ensino médio e do 4º do ano do técnico integrado das escolas públicas, oferecendo um panorama detalhado do desempenho dos/as estudantes nessas etapas da escolarização.

Ao analisarmos esses indicadores, especificamente os das escolas públicas municipais da cidade de Salgueiro/Pernambuco, observamos que as escolas da Rede Municipal têm obtido resultados positivos, estando acima da média do Estado de Pernambuco, em relação aos indicadores de proficiência de leitura dos/as seus/as estudantes, conforme observamos no Quadro 01 abaixo.

Vale salientar, que o foco de nossa pesquisa é o letramento histórico e as dificuldades de aprendizagem dos/as estudantes do sexto ano, e por essa razão iremos nos deter aos resultados de Língua Portuguesa das turmas de 5º ano da Rede Municipal, pois entendemos que a partir dessas informações teremos um panorama da aprendizagem dos que concluíram a primeira etapa do ensino fundamental e serão as futuras turmas de sexto ano.

Quadro 01: Notas do IDEB – 2023 de Língua Portuguesa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais de Salgueiro (Pernambuco).

NOTAS DO IDEB – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL			
IDEB	5,9		
SAEB	6,1		
PROFICIÊNCIA	Português de 212,25		Matemática em 224,19
APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS ⁸	Ano 2017	Ano 2019	Ano 2021
	Proficientes 51%	Proficientes 55%	Proficientes 45%

Fonte: Plataforma Q'Edu5 (2024).

Observamos que mesmo havendo uma queda nos índices de Aprendizado adequado, o município ficou acima da média estadual que foi de 42% em 2017, 44% em 2019 e 40% em 2021. Outro fator que impacta os resultados municipais e motiva nossa reflexão é a distorção idade-série que foi de 6,9% para os anos iniciais e de 14,4% para os anos finais.

⁷ Segundo a Plataforma Q'Edu5 (2024), os níveis de proficiências são divididos em: Avançado (aprendizado além da expectativa), Proficiente (neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos), Básico (neste nível precisam melhorar) e Insuficiente (neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado).

⁸ Esse percentual observa o nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb).

Em nosso caso, escolhemos desenvolver a pesquisa em quatro escolas com modalidades educacionais diferentes, duas localizadas na sede do município e duas na zona rural, sendo elas: uma em Tempo Integral, uma de Ensino Regular, uma de Ensino Regular voltada para Educação do Campo, e uma de Educação Escolar Quilombola, pois, nosso intuito é investigar se a proposta pedagógica que será o produto educacional de nossa tese irá contribuir para as mais diversas realidades.

Por isso, propomos produzir e disponibilizar para o planejamento escolar, como resultado de nossa tese de doutorado em andamento, uma sequência didática em formato de livro, com estratégias educativas e sugestões de atividades para auxiliarem no letramento histórico, tendo como eixo condutor a temática diversidade social no período medieval, que poderá ser aplicado/replicado em todas as Redes de Ensino do município de Salgueiro/PE nas turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, assim como em outros municípios do país.

Um grande desafio no cenário escolar: o letramento histórico na aprendizagem

Nem todos/as os alunos/as que concluem a primeira etapa do ensino fundamental possuem a proficiência necessária, e acabam progredindo para o sexto ano sem estarem plenamente alfabetizados, o que impossibilita/dificulta a leitura e interpretação de fontes históricas, produção de texto e consequentemente o letramento histórico. Sendo assim, o/a professor/a de história, além do ensino de sua disciplina, acaba assumindo seu papel no ensino da linguagem escrita. Novamente resgatamos as palavras de Rocha:

Uma importante consideração: a escolarização, o letramento e a alfabetização constituem três processos que se sobrepõem e resultam em diferentes condições letradas que se modificam conforme o aprendiz vivencia novas práticas de leitura e escrita. Tendo em vista essas afirmações, é preciso considerar que mesmo um aluno alfabetizado em nível adequado para estar no sexto ano pode não ter ainda vivenciado a leitura e a escrita da especificidade dos textos em história (Rocha, 2020, p. 131).

Segundo Soares (2020), alfabetização é o “processo de apropriação da ‘tecnologia da escrita’, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita” (Soares, 2020, p. 27); já o letramento, é a “capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvam a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos” (Soares, 2020, p. 27).

Como o processo de letramento é influenciado por inúmeros fatores, tais como família, cultura, organização social, dentre outros, podemos caracterizá-lo a partir de sua diversidade (multiletramentos ou letramentos múltiplos). Existem vários tipos de letramentos, dentre eles podemos citar: letramento digital, musical, científico, literário, histórico, dentre outros.

Apesar de ser mais amplo que a escolarização, o letramento está entrelaçado a ela, o que propicia a ambiguidade entre seu caráter mais amplo e de relação entre instâncias culturais, e o caráter dirigido da escolarização. Nessa perspectiva, ele

seria mobilizado em um conjunto de práticas, desde os anos iniciais do ensino fundamental, voltadas à alfabetização. Na sequência, existe uma expectativa de desenvolvimento de fluência em formas de escrever e ler, como resultado da alfabetização e como condição para aprender conhecimentos específicos. E seguindo a escolarização, a principal expectativa escolar estaria na apropriação da linguagem científica ou específica de cada campo de conhecimento, o que denominamos como letramento disciplinar, com requisitos epistemológicos (da ordem do objeto do conhecimento) e linguísticos (Rocha, 2020, p. 278).

O termo letramento surge no Brasil na década de 80 do século passado a partir do inglês *literacy*, enquanto em Portugal prevalece o termo literacia. O termo literacia não significa apenas a “leitura” de palavras e sua codificação e sim uma amplitude na leitura de mundo. “Assim, a literacia histórica teria como principal função operacional instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando sua consciência e sua capacidade de lidar com o tempo e os processos históricos de forma crítica” (Lima; Kochhann, 2023, p. 04).

Portanto, podemos considerar letrado aquele indivíduo emancipado socialmente pela sua relação com a escrita, quer seja esta relação escolarizada ou não. Por essas razões, podemos dizer que ter acesso à cultura escrita e, sobretudo, fazer uso proficiente da leitura e da escrita nos contextos sociais, é também ter cidadania (Santos, 2019, p. 34-35).

Nossa proposta de escrita da tese de doutorado em andamento é utilizar o letramento histórico como forma de auxiliar na superação de dificuldades educacionais dos/as estudantes do sexto ano, em especial daqueles que não possuem a proficiência necessária de leitura e escrita através do conteúdo de História Medieval em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e os Parâmetros Curriculares de Pernambuco.

A BNCC impulsionou significativas mudanças no sistema educacional brasileiro. A imposição de uma orientação curricular nacional única, no entanto, gera debates sobre como conciliar essa padronização com a diversidade regional e as especificidades de cada sala de aula com suas múltiplas aprendizagens. Contudo, a BNCC busca estimular a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar, pois “docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental” (Brasil, 2017b, p. 398).

Segundo este documento, a construção do pensamento ocorre de forma processual e subdividido em: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise. O que resulta em “autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem”, (Brasil, 2017b, p. 400). Habilidades que só poderão ser desenvolvidas e aperfeiçoadas se os/as estudantes estiverem plenamente alfabetizados e conscientes que são protagonistas na busca por esses conhecimentos.

A busca de autonomia também exige reconhecimento das **bases da epistemologia da História**, a saber: a natureza compartilhada do sujeito e do objeto de conhecimento, o conceito de tempo histórico em seus diferentes ritmos e durações, a concepção de documento como suporte das relações sociais, as várias linguagens por meio das quais o ser humano se apropria do mundo. Enfim, percepções capazes de responder aos desafios da prática historiadora presente dentro e fora da sala de aula (Brasil, 2017b, p. 400-401).

Os períodos formativos e históricos escolhidos: o sexto ano do Ensino Fundamental e o período medieval

Ao refletirmos sobre a rotina em sala de aula, principalmente nas turmas de sexto ano que estão iniciando um novo processo em sua escolarização⁹, onde os conteúdos começam a ficar mais específicos por área de conhecimento¹⁰, observamos a importância do papel do/a professor/a de História, principalmente o/a que se propõe a ser um interlocutor qualificado/a, capaz de criar um ambiente de aprendizagem que estimule a autonomia dos/as estudantes a buscarem soluções, além de disponibilizar os recursos necessários para que eles/as possam construir seu próprio conhecimento de forma ativa e autônoma.

Na perspectiva do professor como interlocutor qualificado, complexificam-se os desafios e as tarefas docentes. Daí que, para além de assumir um papel decisivo na organização das condições que poderão potenciar as aprendizagens dos alunos e na gestão dos recursos de apoio as tarefas a realizar, é necessário não subestimar o papel dos professores quer como gestores de desafios curriculares quer como gestores do processo de interlocução cultural que tendem a estabelecer com os seus alunos. Acima de tudo, é necessário compreender que este é um processo que não pode ser dissociado de um conjunto de intenções educativas que, mais do que ter em conta os estudantes, ter de se centrar na relação entre o que estes estudantes são e sabem e as particularidades epistemológicas, conceituais e heurísticas do patrimônio culturalmente validado cuja apropriação, por parte daqueles, se considera ser necessária (Trindade, 2020, p. 13).

Aprender é um processo dinâmico que envolve a construção de significados a partir da interação com o “mundo” em que vivemos, com os outros e consigo mesmo. O conhecimento não é algo estático, mas sim uma construção social, cultural e histórica que se transforma ao longo do tempo. “Portanto, o ato de ‘Letrar-se’ historicamente promove a formação de um cidadão apto ao desenvolvimento social, cultural, crítico, científico, tornando os sujeitos de hoje, ainda crianças, futuros homens preparados para enfrentar os meios socioculturais” (Lima; Kochhann, 2023, p. 14).

9 Esse percentual observa o nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb).

10 No sexto ano os/as estudantes começam a ter seu horário de aulas divididas por hora/aula com vários professores/as distribuídos/as por área do conhecimento, antes eles/as estavam habituados ao sistema de um único/a professora para ministrar todas as disciplinas.

Não há saber isolado, mas sim um saber que se constitui nas relações que estabelecemos em sociedade, que auxilia no processo de “apropriação” do conhecimento histórico por parte dos estudantes fazendo com que eles/as consigam compreender os “desafios da prática historiadora”, ações que são de suma importância para consolidação do processo de letramento histórico e da consciência histórica.

Pode-se inferir que o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de enfocar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. A base do pensamento histórico, portanto, antes de ser cultural ou opcional, é natural: nascimento, vida, morte, juventude, velhice são balizas que oferecem aos seres humanos a noção do tempo e de sua passagem (Cerri, 2011, p. 29).

Atualmente no Brasil o ensino dos conteúdos aplicados no sexto ano são alicerçados da seguinte forma:

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África (Brasil, 2017b, 417).

Nesta etapa do Ensino Fundamental os/as estudantes são desafiados/as a desenvolver habilidades de análise crítica ao se depararem com textos históricos complexos, que exigem um vocabulário específico, construção de argumentos sólidos, e domínio das capacidades que permitam a interpretação de textos complexos. A história ensinada para se tornar história aprendida, conta também com o auxílio das outras disciplinas, principalmente Língua Portuguesa.

A história ensinada como um *campo de emprego* da linguagem está impregnada dessas *relações dialógicas*. O professor, ao proferir o enunciado em sala de aula, dialoga com múltiplos campos discursivos, tecendo sentido sobre o passado ensinado. Sua explicação está impregnada de dialogismo oriundo de múltiplos campos discursivos (de seu cotidiano, das concepções de história e de educação, de seus valores pessoais etc.) (Azevedo, 2013, p. 30).

No caso específico do sexto ano do Ensino Fundamental, o que trabalharemos em termos de conteúdo se volta para o período medieval.

O Medievo tem sido um dos períodos históricos mais utilizados para se fazer considerações sobre reflexões historiográficas. De uma forma específica, a historiografia medieval tornou-se um dos campos de trabalho mais privilegiados para uma aproximação à realidade histórica de uma forma mais concreta (Vianna, 2017, p. 18).

Por se tratar de um conteúdo que é um dos últimos a serem trabalhados durante o ano letivo, isso nos possibilita fazer um apanhado de como tem

acontecido o desenvolvimento dos/as estudantes após o primeiro semestre letivo e sugerir atividades em forma de sequência didática com o intuito de aprofundar esse conteúdo nas turmas pesquisadas. Ademais, muitas pesquisas têm sido realizadas sobre ensino de História Medieval nos últimos anos, o que faz com que, em termos de ensino, este seja um campo que tem se destacado recentemente.

Historicamente, o Medievo foi frequentemente estigmatizado como a “Idade das Trevas”. Contudo, essa visão é limitada e constantemente questionada. A partir das décadas de 70 e 80 do século passado os estudos do Medievo passaram a ter maior notoriedade e autores como “Johan Huizinga, Marc Bloch, Georges Duby e Jacques Le Goff contribuíram de forma decisiva para favorecer a renovação das ferramentas metodológicas utilizadas pelos historiadores” (Vianna, 2017, p. 19).

Esse período histórico, com sua variedade de conhecimentos, desafia essa visão monocultural e nos possibilita um diálogo entre estudos sobre gênero, etnia, relações de poder e pluralidade cultural e religiosa. Essa conexão busca decolonizar o conhecimento histórico, reconhecendo e valorizando saberes que foram marginalizados ou silenciados durante muito tempo.

O ensino de história medieval [ao ser problematizado] passa a ser visto como uma ação para além do estudo e do ensino da narrativa do passado, tão presente ainda nas práticas em sala de aula, e passa a ser compreendido como um momento no qual o docente tem a oportunidade de proporcionar ao cidadão em formação o pensar historicamente, com uma visão mais ampla e crítica em relação ao passado (Vianna e Santos, 2020, p. 142).

Partindo da realidade do que foi explanado até agora, observamos que muitas vezes é necessário a utilização de um material específico para que o conteúdo possa ser trabalhado de forma mais apropriada no chão da sala, principalmente quando este conteúdo é trabalhado no último bimestre do ano, como é o caso do conteúdo em questão. Com isso, propomos elaborar um material didático-pedagógico com sugestões de avaliações da aprendizagem adequadas/adaptáveis à realidade das turmas pesquisadas com o intuito de aprofundar os temas propostos. Sobre este aspecto, Rodrigues destaca:

Tendo em vista as dificuldades que os professores percebem no ensino nas turmas do sexto ano é importante considerar o trabalho com os diversos materiais didáticos, diferentes linguagens utilizadas em sala de aula no desenvolvimento do ensino de História Medieval, para o desenvolvimento de habilidades ao mesmo tempo em que realizam uma efetiva leitura e interpretação. A atitude interdisciplinar auxilia na construção necessária de uma interação com os diversos gêneros textuais, que têm papel significativo na contextualização de temáticas, pois os textos são emergentes do meio social dos estudantes (Rodrigues, 2023, p. 44).

Acreditamos que trabalhar o Medievo de forma interdisciplinar em sala de aula nos permitirá ampliar a discussão historiográfica da temática diversidade social no período medieval, por exemplo, através de documentação visual e literária, e ao mesmo tempo auxiliar o/a professor/a de história em sua práxis pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Fonseca (2011, p. 71) “o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis”. Portanto, é partindo dessa conjectura que nossa pesquisa, atualmente em andamento, busca investigar como os/as estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental constroem sua compreensão histórica através do letramento histórico e quais estratégias didático-pedagógicas podem auxiliar no processo de aprendizagem daqueles/as que apresentam dificuldades educacionais usando o Medievo como referência.

Os resultados desta pesquisa têm o intuito de contribuir para o ensino de História, especialmente os conteúdos que tratam do Medievo, visando desenvolver estratégias didático-pedagógicas que promovam o aprimoramento das habilidades de leitura, escrita e compreensão histórica dos/as estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental, apoiando o processo de aprendizagem dos/as que ainda não alcançaram a proficiência desejada em leitura e escrita, e ao mesmo tempo buscando uma abordagem inclusiva. Por este motivo, neste artigo problematizamos de forma introdutória a perspectiva do letramento histórico e sua realização no sexto ano do Ensino Fundamental abordando o conteúdo sobre o período medieval.

A sequência didática será disponibilizada servindo como material de apoio no planejamento dos/as professores/as de História interessados no tema proposto. Além disso, considerando que outros contextos municipais em todo o território nacional podem enfrentar problemas semelhantes aos que estamos apresentando, é importante ressaltar que o produto proposto terá um alcance nacional, tornando-se assim uma referência para o ensino de História Medieval nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Patrícia Bastos de. História ensinada: práticas de letramento e produção de sentido. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, Vol. 23, n.44, p. 05-17, Set-Dez. 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso: 05 ago. 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso: 10 set. 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf Acesso: 13 out. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020.** Diário Oficial da União, Brasília, 11 de dezembro de 2020, Seção 1, pp. 52-55. Disponível em: ortal.mec.gov.br/celpe-bras/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90831-resolucoes-cp-2021 Acesso: 13 out. 2024.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DIAS, Érika; RAMOS, Mozart Neves. A educação e os impactos da Covid 19 nas aprendizagens escolares. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 859-870, out./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LTWGK6r8n6LSPPLRjvfL9qs/?format=pdf>. Acesso em: 28 mai. 2025.

EDU.SALGUEIRO 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2612208-salgueiro/ideb> Acesso out. 2024.

LIMA, Jades Daniel Nogalha de.; KOCHHANN, Andréa. Letramento histórico: O Ensino de História à luz da Consciência Histórica na Era da Informação. In. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 4, p. 232 Set./Dez. 2023.

NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. Aprendizagem histórica em tempos de pandemia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p. 281-298, Maio-Agosto 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/y8vR5W3t6YRvnRk4fWdM54y/?format=pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Instrução Normativa nº 005/2024, de 03 de fevereiro de 2024.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 2024. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Instrucao-Normativa-Matrizes-Anos-Finais-com-Anexos.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Letramento (s) Histórico (s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de história In. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020.

_____. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 121-142, 2010.

RODRIGUES, Adelídia Maria. **As sequências didáticas para o trabalho interdisciplinar sobre o medievo:**

possibilidades para a superação das dificuldades de aprendizagens nas turmas do sexto ano do ensino fundamental anos finais. Dissertação de Mestrado do Programa Pós - Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina, 2023.

SANTOS, Andréa de Lourdes Cardoso dos. **A ampliação do letramento nos anos finais do ensino fundamental: práticas muito além da sala de aula em uma escola pública do sul de Minas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, 2019.

SOARES, M. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

TRINDADE, Rui. A formação de professores e o seu contributo para a reinvenção da profissão docente. *In. Revista Cocar.* Edição Especial, N.8. jan./abr. 2020, p. 293-314. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view3060>. Acesso em: 07 Jul. 2024.

VIANNA, Luciano J. O medievalismo brasileiro e a sua contribuição para o ensino de História Medieval: uma abordagem bibliográfica. *In:* BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria (org.). **Canteiro de Histórias:** textos sobre aprendizagem histórica. Rio de Janeiro: Sobreontens, 2017. p. 143-153. v. 1.

VIANNA, Luciano J. e Santos, Lorene Rose Ribeiro dos. O medievo como laboratório educacional: formação docente, práxis pedagógica, demandas sociais curriculares atuais e abordagens contemporâneas interdisciplinares. *In.* CUSATI, Iracema Campos. (org.) e SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. (org.). **Experiências formativas em educação, saúde e ambiente:** perspectivas interdisciplinares na Pós-Graduação, Curitiba: CVR, 2020.